

PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA EM DIÁLOGO COM A LEI Nº 11.645/2008

VIVIAN LIMA DE BARROS OTTOLINI¹

UNIVERSO, BRASIL

<https://orcid.org/0009-0009-0683-3103>

CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DA SILVA²

UNIVERSO, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-7429-932X>

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo analisar a produção acadêmica acerca das práticas corporais de diferentes povos indígenas abordadas nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa foi realizada a partir da definição de descritores e critérios de busca e seleção da produção acadêmica pertinente à temática. Os resultados evidenciam a carência de estudos que abordem as práticas corporais indígenas no contexto da Educação Física na Educação Infantil, bem como a necessidade de ampliar a presença e a valorização dos conhecimentos e produções intelectuais indígenas no debate educacional. Conclui-se que a abordagem das práticas corporais de diferentes povos indígenas ainda se apresenta de forma limitada nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, indicando a necessidade de ampliar as possibilidades de implementação da Lei 11.645/2008 a partir de uma perspectiva que reconheça a diversidade dos povos indígenas, seus conhecimentos, territorialidades e formas próprias de produzir e transmitir saberes.*

PALAVRAS-CHAVE: *Povos indígenas; Práticas corporais; Interculturalidade; Educação Física Escolar; Educação Infantil; Lei 11.645/2008.*

ABSTRACT: *This article aims to analyze academic literature regarding the bodily practices of various Indigenous peoples as addressed in Physical Education classes within early childhood education, using an integrative literature review. The research was conducted by defining descriptors and criteria for searching and selecting academic works relevant to the topic. The results highlight a scarcity of studies addressing Indigenous bodily practices in the context of Physical Education in early childhood education, as well as the need to expand the presence and valuation of Indigenous knowledge and intellectual contributions within educational discourse. It is concluded that the approach to the bodily practices of different Indigenous peoples remains limited in early childhood Physical Education classes, indicating a need to broaden the possibilities for implementing Law 11.645/2008 through a perspective that recognizes the diversity of Indigenous peoples, their knowledge, territorialities, and unique ways of producing and transmitting wisdom.*

KEYWORDS: *Indigenous peoples; Bodily practices; Interculturality; School Physical Education; Early childhood education; Law 11.645/2008.*

¹ Atua como professora no Colégio Pedro II. Graduada em Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestranda em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira.

² Atua como professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, no programa de mestrado em Ciências da Atividade Física. Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Gama Filho (1979) e graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1993).

Introdução

Desde a constituição do sistema educacional brasileiro, em um contexto marcado pela colonização, os conhecimentos, as histórias, as memórias e os modos de vida dos povos indígenas e das populações negras foram, em diferentes momentos, inviabilizados ou subordinados a perspectivas pautadas pela centralidade dos referenciais europeus. Essa herança colonial repercute também no campo educacional, contribuindo para a reprodução de representações estereotipadas e para o reconhecimento desigual dos diferentes conhecimentos que constituem a sociedade brasileira.

A educação para as relações étnico-raciais constitui uma importante dimensão das políticas educacionais voltadas à superação do racismo e à valorização da diversidade histórica e cultural brasileira. Nesse sentido, a construção de uma educação comprometida com o reconhecimento dos diferentes grupos sociais exige que crianças e professores tenham acesso a conhecimentos que contemplem a pluralidade dos povos que constituem o país, rompendo com perspectivas que historicamente silenciaram ou estereotiparam suas histórias e seus modos próprios de existência. O pleno desenvolvimento da criança pressupõe, portanto, uma educação comprometida com o enfrentamento do racismo e com a construção de relações sociais pautadas no respeito às diferenças (Brasil, 2023).

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino públicos e privados da educação básica, representou um importante marco para o reconhecimento da presença desses conhecimentos no currículo escolar. No que se refere aos povos indígenas, a legislação amplia a responsabilidade das instituições educacionais na construção de práticas pedagógicas que contribuam para superar representações genéricas e estereotipadas, reconhecendo a diversidade histórica, cultural, territorial e sociopolítica dos diferentes povos indígenas.

Nessa perspectiva, a inserção de conhecimentos relacionados aos povos indígenas na educação básica pode contribuir para uma educação intercultural, desde que tais conhecimentos não sejam reduzidos a conteúdos folclóricos ou apresentados de maneira descontextualizada. O diálogo intercultural pressupõe o reconhecimento de diferentes formas de produzir, organizar e transmitir conhecimentos, bem como a problematização das relações históricas de poder que produziram assimetrias entre os saberes acadêmicos e escolares e os conhecimentos produzidos e transmitidos pelos povos indígenas e por outras comunidades tradicionais. Assim, mais do que simplesmente acrescentar conteúdos indígenas ao currículo, torna-se necessário questionar as formas pelas quais esses conhecimentos são selecionados, apresentados e legitimados no espaço escolar.

No campo da Educação Física, essa discussão assume particular relevância quando se consideram as práticas corporais de diferentes povos indígenas. O corpo não pode ser compreendido apenas em sua dimensão biológica ou como instrumento para a realização de movimentos, uma vez

que as práticas corporais se encontram relacionadas a diferentes formas de organização social, relações de parentesco, territorialidades, memórias, cosmologias e modos de compreender e vivenciar o mundo. Dessa maneira, a abordagem de práticas corporais indígenas no contexto escolar requer atenção às especificidades dos povos aos quais essas práticas estão vinculadas, evitando generalizações que possam produzir a ideia de uma única cultura ou de um conjunto homogêneo de práticas corporais indígenas.

Pedagogicamente, torna-se necessária uma Educação Física que possibilite às crianças compreender as relações históricas e sociais que atravessam os povos indígenas, problematizando situações de preconceito, racismo e estereótipos e reconhecendo esses povos como sujeitos coletivos, produtores de conhecimentos e protagonistas de suas próprias histórias e lutas. Nessa direção, a abordagem das práticas corporais indígenas pode contribuir para ampliar as experiências corporais das crianças e, simultaneamente, favorecer processos educativos comprometidos com o reconhecimento da diversidade e com o respeito às diferentes formas de ser, estar e produzir conhecimentos.

Ao considerar que o conhecimento sobre diferentes povos indígenas possui relevância para a formação das crianças na educação básica, a temática pode constituir um importante campo de reflexão para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contribuam para o enfrentamento de preconceitos e para o reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira. Entretanto, essa abordagem precisa considerar que os povos indígenas não constituem um grupo homogêneo, mas apresentam diferentes histórias, línguas, territórios, formas de organização social, sistemas de parentesco, conhecimentos e práticas culturais. Dessa forma, qualquer proposição pedagógica relacionada às práticas corporais indígenas deve evitar sua apresentação como um repertório universal e descontextualizado.

O presente estudo teve como objetivo analisar a produção acadêmica relacionada às práticas corporais de diferentes povos indígenas nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, buscando compreender como essa temática tem sido abordada na literatura. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, portanto, sem realização de trabalho de campo, entrevistas ou interlocução direta com povos, pesquisadores ou comunidades indígenas. Essa delimitação metodológica é fundamental, uma vez que os resultados aqui apresentados não pretendem falar em nome dos povos indígenas ou representar a diversidade de suas experiências, conhecimentos e modos de existência. Ao contrário, a investigação parte do reconhecimento de que os povos indígenas são sujeitos produtores de conhecimentos e de que pesquisas que abordam suas histórias, culturas e práticas devem, sempre que possível, considerar suas próprias produções intelectuais e, em estudos futuros, ampliar processos de diálogo e colaboração com pesquisadores, professores, comunidades e territórios indígenas. A investigação parte da compreensão de que a abordagem dos conhecimentos indígenas na Educação Infantil deve estar articulada às diretrizes educacionais que orientam o reconhecimento das contribuições histórico-culturais dos diferentes povos que constituem a sociedade brasileira. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem que as

práticas pedagógicas devem assegurar a “apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América” (Brasil, 2009).

As práticas corporais indígenas, de acordo com Pereira (2021), constituem uma das formas pelas quais diferentes povos expressam e compartilham conhecimentos, modos de vida e elementos de suas culturas, podendo contribuir para o desenvolvimento de discussões relacionadas às relações étnico-raciais. A partir dessa compreensão, este estudo busca analisar como a produção acadêmica tem abordado esse repertório corporal nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, considerando os desafios e as possibilidades de sua inserção no contexto escolar e a necessidade de que tais práticas sejam apresentadas às crianças de maneira contextualizada e respeitosa em relação à diversidade dos povos indígenas.

Delimitação do Problema

A organização curricular ainda marcada por referenciais eurocentrados, associada às lacunas na formação docente e à insuficiência de materiais didático-pedagógicos que contemplem a diversidade dos povos indígenas, pode contribuir para que, em diferentes espaços de educação formal, os conhecimentos relacionados a esses povos sejam abordados de maneira superficial, descontextualizada ou estereotipada. Nesse sentido, documentos orientadores da educação para as relações étnico-raciais já chamavam a atenção para o fato de que “a escola que formou os (as) profissionais da educação que atuam hoje [...] se baseou numa perspectiva curricular eurocêntrica, excludente e, por vezes preconceituosa” (Brasil, 2010, p. 125).

A construção de outras formas de abordagem dos povos indígenas na escola pode ser iniciada desde a Educação Infantil, considerando que essa etapa constitui um espaço importante para a construção das relações sociais, das identidades e das percepções das crianças sobre a diversidade. Nesse processo, o trabalho pedagógico pode contribuir para o respeito às diferenças e para o reconhecimento da diversidade sociocultural dos povos indígenas, desde que suas histórias, conhecimentos e práticas não sejam apresentados de maneira genérica ou descontextualizada. Faria e De Souza Bragança (2023) destaca a importância de experiências pedagógicas que contemplem diferentes manifestações culturais, como contos, músicas, culinária, artes e literatura, entre outras possibilidades.

A necessidade de uma educação comprometida com o respeito às diversas identidades também é reforçada por Oliveira e Kuc (2018), ao discutirem experiências voltadas à desconstrução de estigmas e estereótipos relacionados aos povos indígenas. Segundo os autores, ações educativas dessa natureza podem ampliar o conhecimento dos estudantes sobre diferentes histórias e culturas e contribuir para a construção de relações pautadas no reconhecimento da diversidade cultural existente na sociedade.

Nesse contexto, a Lei nº 11.645/2008 constitui um importante marco para a educação brasileira ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de

ensino médio, públicos e privados. O § 2º do art. 26-A determina ainda que esses conteúdos sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar.

Embora a Educação Infantil constitua a primeira etapa da educação básica, a redação do art. 26-A da LDB não a menciona expressamente entre as etapas abrangidas pela obrigatoriedade estabelecida pela Lei nº 11.645/2008. Essa ausência de explicitação específica produz uma questão relevante para o campo educacional: de que maneira a temática indígena vem sendo compreendida e incorporada na Educação Infantil, considerando as características próprias dessa etapa e as orientações curriculares que reconhecem a importância da diversidade sociocultural na formação das crianças? A questão torna-se ainda mais pertinente quando se considera que a Educação Infantil integra a educação básica e possui princípios e práticas pedagógicas próprios, que precisam ser articulados ao reconhecimento das diferentes histórias, culturas e formas de existência presentes na sociedade brasileira.

No âmbito da Educação Física, esse desafio assume características específicas. De acordo com Silva (2020), as práticas pedagógicas na Educação Física da Educação Infantil permanecem, em muitos contextos, fortemente relacionadas aos aspectos psicomotores e à aptidão física, nem sempre contemplando de maneira suficiente as dimensões sociais e culturais das experiências corporais. Complementando essa discussão, Farias *et al.* (2025, p. 15) apontam:

A complexidade do contexto escolar e, principalmente, a inserção da Educação Física na Educação Infantil tem se mostrado um grande desafio para os (as) professores (as) do componente, além da dificuldade de efetivar práticas pedagógicas que voltem seus olhares para os aspectos culturais e da sociologia bem como considerem as crianças da Educação Infantil como seres históricos e sociais.

Esse cenário reforça a necessidade de pensar a Educação Física na Educação Infantil para além da dimensão exclusivamente motora, reconhecendo as práticas corporais como manifestações relacionadas às experiências sociais e culturais dos sujeitos. Quando se trata de práticas corporais de diferentes povos indígenas, essa discussão exige ainda maior cuidado, uma vez que tais práticas não podem ser compreendidas isoladamente dos contextos socioculturais e territoriais nos quais são produzidas e vivenciadas. Além disso, é necessário considerar que os povos indígenas apresentam diferentes histórias, línguas, territorialidades, formas de organização social, sistemas de parentesco, conhecimentos e modos de compreender e vivenciar o mundo, não sendo adequado tratar suas práticas corporais como um repertório único e homogêneo.

Essa perspectiva encontra respaldo nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, estabelecidas pelo Parecer CNE/CEB nº 2/2024, que apontam para uma proposta pedagógica de qualidade social e democrática comprometida com uma educação integral e inclusiva, com as relações étnico-raciais, com o respeito aos povos e comunidades tradicionais e com a consideração da diversidade sociocultural e territorial do país (Brasil, 2024, p. 11).

A relevância deste estudo está, portanto, relacionada à necessidade de compreender os desafios que permanecem na abordagem dos conhecimentos indígenas no contexto da Educação Infantil, particularmente nas aulas de Educação Física. A Lei nº 11.645/2008 constitui um importante instrumento para a transformação curricular, mas sua formulação não apresenta orientações específicas acerca de como a temática indígena deve ser desenvolvida na primeira etapa da educação básica. Dessa maneira, torna-se necessário investigar como a produção acadêmica tem discutido essa temática e quais possibilidades pedagógicas têm sido identificadas para a Educação Infantil.

A legislação constitui, portanto, um marco importante, mas sua existência não assegura, por si só, a efetivação de práticas pedagógicas que reconheçam os diferentes povos indígenas e seus conhecimentos. Brandileone e Valente (2018) apontam dificuldades relacionadas à formação docente, à ausência ou insuficiência de materiais didáticos e ao compromisso dos currículos e das comunidades escolares com a implementação da legislação. Candau (2008), por sua vez, considera que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são fundamentais, mas insuficientes para garantir, isoladamente, a efetiva inclusão dos conhecimentos e das perspectivas dos povos indígenas.

A discussão sobre as práticas corporais indígenas também requer atenção às diferentes formas de relação entre conhecimento, território, ancestralidade e coletividade. Nesse aspecto, torna-se fundamental reconhecer que os próprios povos indígenas produzem conhecimentos sobre seus corpos, territórios, histórias, relações sociais, práticas culturais e modos de existência. Os povos indígenas não devem ser compreendidos apenas como objetos de investigação, mas como sujeitos produtores de conhecimentos, interpretações e formas próprias de compreender e vivenciar o mundo. Nesse sentido, a produção de intelectuais indígenas, como Krenak (2020), contribui para ampliar as perspectivas utilizadas na compreensão das relações entre humanidade, natureza, território e vida, possibilitando tensionar interpretações construídas exclusivamente a partir de referenciais externos.

O reconhecimento da autoria indígena, contudo, não significa que a presente investigação tenha estabelecido interlocução direta com povos ou comunidades indígenas. Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, o estudo não realizou trabalho de campo em territórios indígenas, entrevistas ou outras formas de produção de dados diretamente com pesquisadores, professores ou comunidades indígenas. Essa delimitação metodológica precisa ser explicitada para evitar que os resultados sejam compreendidos como expressão ou representação das perspectivas dos diferentes povos indígenas. Assim, a presença de produção intelectual de autoria indígena na fundamentação deste estudo constitui uma forma de reconhecer outras perspectivas de produção do conhecimento, mas não substitui a interlocução direta e colaborativa com os povos indígenas.

Essa delimitação também permite reconhecer uma importante dimensão ética e epistemológica da pesquisa: estudos que abordam conhecimentos, histórias e práticas de povos indígenas precisam considerar, sempre que possível, suas próprias produções intelectuais e ampliar espaços

de diálogo com pesquisadores, professores, comunidades e territórios indígenas. Nesse sentido, a ausência de interlocução direta constitui uma limitação da presente investigação e, simultaneamente, aponta para a necessidade de que futuras pesquisas avancem em direção a processos de construção compartilhada do conhecimento.

Diante desse cenário, esta revisão integrativa pretende realizar um levantamento dos estudos que abordam as práticas corporais de diferentes povos indígenas no âmbito da Educação Física, buscando identificar as lacunas existentes na produção acadêmica sobre essa temática na Educação Infantil. Interessa-nos compreender quais evidências estão disponíveis na literatura acerca da presença e das formas de abordagem das práticas corporais indígenas nas aulas de Educação Física da Educação Infantil, bem como identificar as possibilidades e os desafios apontados pelos estudos após a promulgação da Lei nº 11.645/2008.

Assim, considerando a ausência de menção expressa à Educação Infantil no caput do art. 26-A da LDB, a relevância das orientações curriculares para essa etapa, a diversidade dos povos indígenas e a necessidade de reconhecer diferentes formas de produção do conhecimento, esta investigação é orientada pelo seguinte questionamento: como a produção acadêmica tem abordado a presença e o tratamento das práticas corporais de diferentes povos indígenas nas aulas de Educação Física da Educação Infantil após a promulgação da Lei nº 11.645/2008?

A partir desse questionamento, busca-se compreender em que medida os estudos existentes têm contribuído para a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade sociocultural dos povos indígenas e quais lacunas permanecem na produção acadêmica acerca dessa temática para a Educação Infantil. Pretende-se, desse modo, contribuir para o debate sobre uma Educação Física na Educação Infantil comprometida com o reconhecimento da diversidade, com o enfrentamento do racismo e com a valorização dos diferentes conhecimentos e modos de existência que constituem a sociedade brasileira.

Justificativa

A relevância deste estudo está relacionada à necessidade de aprofundar a compreensão acerca da presença e da abordagem das práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto da Educação Infantil, particularmente nas aulas de Educação Física. A Lei nº 11.645/2008 constitui importante marco para o reconhecimento da história e da cultura dos povos indígenas na educação brasileira. Entretanto, ao alterar o art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a legislação estabeleceu expressamente a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, não fazendo menção específica à Educação Infantil. Essa particularidade torna relevante investigar como a temática indígena vem sendo contemplada nessa primeira etapa da educação básica, considerando suas especificidades pedagógicas e as orientações curriculares voltadas ao reconhecimento da diversidade sociocultural.

A ausência de menção expressa à Educação Infantil no art. 26-A da LDB, contudo, não significa que os conhecimentos e as culturas dos povos indígenas não possam ou não devam estar presentes nessa etapa. A Educação Infantil integra a educação básica e possui princípios e orientações pedagógicas que reconhecem a importância das interações, das brincadeiras, das experiências culturais e da construção de relações pautadas no respeito à diversidade. Nesse sentido, torna-se necessário compreender de que maneira a temática indígena pode ser abordada com crianças pequenas sem reproduzir representações genéricas, estereotipadas ou descontextualizadas dos diferentes povos indígenas.

Essa discussão assume particular relevância no campo da Educação Física, uma vez que as práticas corporais constituem formas de expressão, comunicação, produção de conhecimentos e construção de relações sociais. Na Educação Infantil, o corpo, o movimento, as interações e as brincadeiras fazem parte das experiências fundamentais das crianças. Assim, a presença de práticas corporais de diferentes povos indígenas pode ampliar as experiências educativas e corporais das crianças, desde que essas manifestações sejam compreendidas em seus contextos históricos, sociais e culturais e não sejam reduzidas a atividades recreativas realizadas de maneira pontual.

A utilização de determinadas práticas corporais atribuídas genericamente aos povos indígenas, sem considerar os contextos nos quais são produzidas e os significados que assumem para cada povo, pode contribuir para a reprodução de representações homogêneas e estereotipadas. Não se trata, portanto, de elaborar um repertório único denominado “práticas indígenas”, como se todos os povos compartilhassem as mesmas manifestações, significados e modos de vivenciar o corpo. O Brasil é constituído por uma pluralidade de povos indígenas, com diferentes línguas, histórias, territórios, formas de organização social, sistemas de parentesco, conhecimentos, cosmologias, memórias e modos próprios de compreender e se relacionar com o mundo.

Nessa perspectiva, as práticas corporais não podem ser dissociadas dos contextos socioculturais em que são produzidas. Jogos, brincadeiras, lutas, danças, corridas e outras manifestações corporais podem estabelecer relações com processos de socialização, pertencimento, ancestralidade, territorialidade, memória, espiritualidade e organização coletiva. Por isso, sua abordagem no espaço escolar exige atenção às especificidades dos povos aos quais estão vinculadas, evitando que sejam transformadas em atividades descontextualizadas ou em elementos folclóricos e exóticos utilizados apenas para representar uma suposta “cultura indígena”.

Essa preocupação adquire ainda maior importância quando se considera a Educação Infantil como espaço de formação das primeiras relações sociais e de construção das percepções das crianças sobre si mesmas, sobre os outros e sobre a diversidade que constitui a sociedade. A apresentação de imagens estereotipadas dos povos indígenas pode contribuir para a reprodução de preconceitos desde os primeiros anos de escolarização. Em sentido contrário, experiências pedagógicas contextualizadas podem possibilitar que as crianças reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos e contemporâneos, produtores de

conhecimentos e protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo para a construção de relações pautadas pelo respeito à diversidade.

A relevância desta investigação também se evidencia diante das lacunas identificadas na produção acadêmica. Vivian (2024) destaca que, embora existam estudos relacionados à Educação Física desenvolvida em comunidades indígenas, à formação de professores indígenas e não indígenas e à educação escolar indígena, ainda são reduzidas as pesquisas que abordam a temática indígena em escolas não indígenas. Essa lacuna torna-se ainda mais significativa quando delimitada à Educação Infantil e às práticas corporais, indicando a necessidade de sistematizar e analisar a produção acadêmica existente sobre essa interface específica.

Desse modo, a realização de uma revisão integrativa mostra-se pertinente por possibilitar o levantamento, a organização e a análise dos conhecimentos já produzidos acerca das práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto da Educação Física na Educação Infantil. A revisão permite identificar quais temáticas vêm sendo investigadas, quais povos e práticas corporais aparecem na literatura, quais perspectivas orientam essas abordagens, quais possibilidades pedagógicas são apresentadas e quais lacunas permanecem na produção acadêmica. Assim, a pesquisa não se limita a afirmar que existem poucos estudos, mas busca compreender as características da produção existente e os limites que ela apresenta.

A relevância científica do estudo também está relacionada à necessidade de problematizar os modos pelos quais os conhecimentos sobre os povos indígenas são produzidos e legitimados no campo acadêmico e escolar. Considerar essa dimensão é particularmente importante porque a produção acadêmica sobre os povos indígenas foi, historicamente, marcada pela predominância de pesquisadores e instituições externas aos próprios povos. Dessa forma, discutir práticas corporais indígenas exige reconhecer que os povos indígenas não são apenas objetos de investigação, mas também sujeitos produtores de conhecimentos, interpretações e formas próprias de compreender seus corpos, territórios, histórias, relações sociais e modos de existência.

Nesse sentido, a incorporação de produções intelectuais de autoria indígena constitui aspecto relevante para o desenvolvimento desta investigação. O diálogo com intelectuais e pesquisadores indígenas permite ampliar as perspectivas utilizadas para compreender questões relacionadas à ancestralidade, ao território, aos conhecimentos tradicionais, às formas de organização social e às relações entre corpo e comunidade. Essa aproximação contribui para reduzir assimetrias na produção do conhecimento e para evitar que as interpretações acerca dos povos indígenas sejam construídas exclusivamente a partir de referenciais externos às suas experiências históricas e socioculturais.

Essa perspectiva também exige reconhecer os limites da presente investigação. Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, o estudo não produz dados empíricos diretamente nos territórios indígenas, nem estabelece, em sua metodologia, entrevistas ou interlocuções diretas com comunidades indígenas. Portanto, os resultados não devem ser compreendidos como representação das experiências ou dos conhecimentos

de todos os povos indígenas. Ao contrário, essa limitação reforça a necessidade de analisar criticamente a produção acadêmica disponível, inclusive quanto à presença ou ausência de autoria indígena, e de reconhecer a importância de futuras pesquisas construídas em diálogo e colaboração com professores, pesquisadores, comunidades e territórios indígenas.

A discussão sobre as práticas corporais indígenas também requer atenção às diferentes formas de relação entre conhecimento, território, ancestralidade e coletividade. Nesse aspecto, torna-se fundamental ampliar o diálogo com produções intelectuais de autoria indígena, reconhecendo que os próprios povos indígenas produzem conhecimentos sobre seus corpos, territórios, histórias, relações sociais, práticas culturais e modos de existência. Essa perspectiva contribui para deslocar uma compreensão exclusivamente externa sobre esses povos e para problematizar as assimetrias historicamente presentes nos processos de produção e legitimação dos conhecimentos no campo acadêmico e escolar.

No campo da Educação Física, essa problematização é especialmente relevante porque a inserção de práticas corporais indígenas pode ocorrer tanto como possibilidade de ampliação do currículo quanto como reprodução de processos de estereótipos. Conforme Santos e Chies (2024), a apresentação de manifestações corporais indígenas sem considerar pertencimento, espiritualidade, história e processos de luta dos povos originários pode contribuir para o apagamento de suas histórias e para a transformação de determinadas práticas em conteúdos descontextualizados. Portanto, não basta acrescentar uma prática corporal ao planejamento pedagógico; é necessário compreender seus significados e estabelecer relações entre corpo, cultura, território, história e os sujeitos que produzem e vivenciam essas manifestações.

A partir dessa compreensão, a relevância pedagógica da pesquisa está na possibilidade de contribuir para uma Educação Física na Educação Infantil que supere abordagens exclusivamente motoras, recreativas ou folclorizadas e reconheça as práticas corporais como produções culturais relacionadas aos diferentes modos de vida dos povos indígenas. Isso implica criar condições para que as crianças tenham contato com a diversidade dos povos indígenas sem transformá-los em personagens do passado ou em representações homogêneas, reconhecendo sua presença contemporânea e sua capacidade de produzir e atualizar conhecimentos.

Portanto, justifica-se a realização desta revisão integrativa pela necessidade de sistematizar e analisar a produção acadêmica acerca das práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto da Educação Física na Educação Infantil, identificando os enfoques adotados, os povos e práticas contemplados, as possibilidades pedagógicas apresentadas e as lacunas ainda existentes. A pesquisa busca contribuir para o campo científico ao ampliar a compreensão sobre uma temática ainda pouco explorada e, no campo educacional, oferecer elementos para a reflexão sobre formas mais contextualizadas e respeitosas de abordar os conhecimentos indígenas na Educação Infantil.

Mais do que atender formalmente às determinações da legislação educacional, discutir as práticas corporais de diferentes povos indígenas implica assumir um compromisso ético, pedagógico e epistemológico com o

reconhecimento da diversidade e com a superação de representações preconceituosas e homogeneizadoras. Nesse sentido, uma Educação Física comprometida com a interculturalidade deve reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos e contemporâneos, produtores de conhecimentos e participantes ativos dos processos educativos. A contribuição desta pesquisa está, portanto, em fortalecer o debate sobre práticas pedagógicas que não apenas falem sobre os povos indígenas, mas que reconheçam suas próprias produções intelectuais, seus conhecimentos e suas formas de compreender e vivenciar o corpo, o território, a coletividade e a vida.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, abordagem que possibilita reunir, sistematizar e analisar criticamente conhecimentos produzidos em diferentes estudos sobre uma determinada temática, permitindo identificar tendências, contribuições e lacunas na produção científica. Neste estudo, a revisão teve como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica relacionada às práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto da Educação Física escolar, com foco na Educação Infantil e em diálogo com a Lei nº 11.645/2008. É importante destacar que o objeto desta pesquisa não são os povos indígenas em si, mas a produção acadêmica que aborda as práticas corporais indígenas no contexto da Educação Física escolar, com atenção às produções relacionadas à Educação Infantil. Desse modo, as análises realizadas dizem respeito às características, aos recortes e às perspectivas presentes na literatura selecionada, não pretendendo representar ou generalizar os conhecimentos, práticas ou perspectivas dos diferentes povos indígenas.

Para o desenvolvimento da revisão, foram considerados, de forma adequada à natureza e aos objetivos da investigação, os procedimentos metodológicos propostos por Soares *et al.* (2010) e os elementos de apresentação e transparência recomendados pela declaração PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). Ressalta-se que a presente investigação não foi registrada previamente em protocolo específico de revisão sistemática, sendo o PRISMA utilizado como referência para a organização e apresentação das etapas de busca, seleção e inclusão dos estudos.

A busca foi realizada nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES, SciELO e LILACS, selecionadas em razão de sua relevância para a produção científica nas áreas de Educação, Educação Física e Ciências Humanas e da Saúde. Foram considerados estudos disponíveis até junho de 2025. Entre os estudos localizados, aqueles que atenderam aos critérios de elegibilidade e compuseram o corpus da revisão foram publicados entre 2013 e 2023. A investigação buscou identificar produções acadêmicas que abordassem práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto educacional, especialmente aquelas relacionadas à Educação Física e à Educação Infantil. Considerando a escassez de estudos especificamente voltados à primeira etapa da Educação Básica, foram também considerados trabalhos desenvolvidos em outros níveis de ensino, desde que apresentassem

contribuições pertinentes à compreensão da temática no contexto da Educação Física escolar.

A inclusão desses estudos não teve por finalidade deslocar o objeto central da investigação, mas ampliar a possibilidade de compreensão do estado da produção acadêmica diante da reduzida quantidade de pesquisas especificamente relacionadas à Educação Infantil. Desse modo, os estudos de outros níveis de ensino foram analisados como subsídios para identificar concepções, possibilidades pedagógicas, formas de abordagem e desafios relacionados às práticas corporais indígenas, posteriormente discutidos em relação às especificidades da Educação Infantil.

Critérios de Elegibilidade

Para garantir maior consistência, transparência e rigor ao processo de seleção dos estudos, foram estabelecidos previamente critérios de inclusão e exclusão, apresentados no Quadro 1. O objeto central desta revisão foi delimitado às práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto da Educação Física escolar, com especial atenção à Educação Infantil. Entretanto, diante da escassez de estudos especificamente direcionados a essa etapa da Educação Básica, foram considerados também estudos desenvolvidos em outros níveis de ensino, desde que apresentassem pertinência temática e contribuições para a compreensão das práticas corporais indígenas no contexto escolar.

A inclusão de estudos referentes a outras etapas da Educação Básica constituiu uma estratégia metodológica diante da limitada produção científica encontrada especificamente sobre a Educação Infantil. Esses estudos foram considerados como literatura complementar e analisados de maneira diferenciada, sem que seus resultados fossem automaticamente generalizados para a primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, a Educação Infantil permaneceu como eixo central da investigação, enquanto os estudos desenvolvidos em outros níveis de ensino contribuíram para a compreensão do estado da produção acadêmica, das possibilidades pedagógicas e dos desafios relacionados à abordagem das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar.

Foram incluídos artigos científicos originais, publicados em português e disponíveis em texto completo, identificados nas bases de dados consultadas até junho de 2025, desde que atendessem aos demais critérios de elegibilidade. Foram considerados estudos que abordassem práticas corporais de diferentes povos indígenas relacionadas ao contexto educacional da Educação Básica, especialmente no âmbito da Educação Física escolar, envolvendo crianças, estudantes e/ou professores.

Quanto ao contexto de investigação, foram priorizados estudos desenvolvidos em escolas ou em situações pedagógicas vinculadas à educação escolar. Foram excluídos estudos que abordassem práticas corporais indígenas exclusivamente em contextos não escolares, sem estabelecer relação com processos educativos formais, bem como aqueles que, após a leitura integral, não apresentassem contribuição efetiva para o objeto e os objetivos desta revisão.

Também foram excluídas teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros, editoriais, resumos de eventos, anais e outras modalidades de publicação que não correspondessem a artigos científicos originais. Estudos sem disponibilidade do texto completo também foram excluídos, uma vez que a leitura integral constituiu etapa necessária para a avaliação de sua pertinência e posterior inclusão na revisão.

Não foi estabelecido um período inicial de publicação como critério de exclusão. A busca contemplou as publicações disponíveis nas bases consultadas até junho de 2025. Embora a busca tenha alcançado os anos de 2024 e 2025, não foram identificados, entre os estudos recuperados e submetidos aos critérios de elegibilidade, artigos que resultassem em inclusão na revisão nesses anos. Assim, os estudos incluídos concentram-se no período anterior, em razão dos resultados efetivamente encontrados e não de uma delimitação temporal previamente estabelecida.

A análise dos estudos selecionados também considerou, quando essas informações estavam disponíveis, a presença de autoria indígena, referências a intelectuais e pesquisadores indígenas, interlocução ou participação de indígenas na produção dos estudos e a identificação dos povos aos quais as práticas corporais estavam vinculadas. Esses elementos não foram estabelecidos como critérios de inclusão ou exclusão, mas como dimensões relevantes para a análise crítica da produção acadêmica encontrada.

Essa opção permitiu não apenas identificar quais práticas corporais indígenas são abordadas pela literatura, mas também observar como essas práticas são contextualizadas, quais conhecimentos são mobilizados e em que medida os próprios povos indígenas aparecem como sujeitos produtores e participantes da construção do conhecimento. Tal procedimento mostra-se particularmente relevante diante da necessidade de evitar generalizações e representações homogêneas acerca dos povos indígenas, considerando suas diferentes histórias, territórios, línguas, formas de organização social, sistemas de parentesco, conhecimentos e modos próprios de produzir e transmitir saberes.

Assim, os critérios de elegibilidade foram organizados nas categorias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão.

CATEGORIA	CRITÉRIO
Tipo de publicação	Inclusão: artigos científicos originais publicados em periódicos científicos. Exclusão: teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, resumos de eventos, anais, editoriais, livros e capítulos de livros.
Idioma	Inclusão: artigos publicados em português. Exclusão: artigos publicados em outros idiomas.
Período de publicação	Inclusão: artigos publicados até junho de 2025, sem delimitação de ano inicial. Exclusão: não houve exclusão com base no período de publicação.
Temática	Inclusão: estudos que abordassem práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto educacional da educação básica, especialmente relacionados à Educação Física escolar. Exclusão: estudos fora do contexto educacional sem correlação com esse ambiente.
Público-alvo	Inclusão: crianças, discentes e/ou docentes da Educação Básica que apresentem contribuições pertinentes ao objeto da revisão. Exclusão: estudos desenvolvidos exclusivamente fora da Educação Básica ou que não apresentem relação com o contexto escolar.
Contexto de aplicação	Inclusão: escolas públicas e privadas e em situações pedagogicamente vinculadas ao contexto escolar. Exclusão: estudos realizados exclusivamente em contextos não escolares, sem relação com a educação escolar.
Acesso ao texto completo	Inclusão: estudos com texto completo disponível para leitura e análise. Exclusão: estudos sem o texto completo disponível.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estratégia de Busca

A busca foi realizada nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES, SciELO e LILACS, até junho de 2025, sem delimitação inicial de período de publicação. Foram utilizados o operador booleano AND e os descritores combinados entre aspas, incluindo: “Indígenas” AND “Interculturalidade”; “Educação Física Escolar” AND “Educação Infantil”; e “Lei 11.645/2008”. Inicialmente, foram realizadas combinações que buscavam contemplar simultaneamente os diferentes descritores relacionados ao objeto da investigação. Entretanto, não foram identificados resultados quando todos os termos eram empregados conjuntamente. Diante disso, optou-se pelo desmembramento dos descritores em diferentes combinações, conforme apresentado no Quadro 2.

A busca foi realizada até junho de 2025, incluindo, portanto, publicações dos anos de 2024 e 2025. Contudo, não foram identificados estudos publicados nesses anos que atendessem aos critérios de elegibilidade e fossem incluídos na revisão. Os estudos posteriormente selecionados concentraram-se em anos anteriores, como resultado do processo de busca, triagem e aplicação dos critérios estabelecidos, e não em decorrência de uma delimitação temporal prévia.

Quadro 2 - Combinação de descritores.

TERMOS	PERIÓDICOS CAPES	SCIELO	LILACS	TOTAL
“Indígenas” AND “Interculturalidade” AND “Educação Física” AND “educação Infantil” AND “Lei 11.645/2008”	0	0	0	0
“Indígenas” AND “Educação Infantil” AND “Educação Física” AND “Lei 11.645/2008”	0	0	0	0
“Indígenas” AND “Educação Física” AND “Educação Infantil”	4	1	14	19
“Indígenas” AND “Educação Física” AND “Lei 11.645/2008”	2	0	0	2
“Indígenas” AND “Educação Física Escolar”	41	9	32	82
“Interculturalidade” AND “Lei 11.645/2008”	8	1	0	9
“Educação Física” AND “Lei 11.645/2008”	2	0	0	2
TOTAL	57	11	46	114

Fonte: Elaborado pelos autores.

Seleção dos Estudos

Foram inicialmente identificados 114 registros nas bases de dados consultadas. Após a remoção de 9 registros duplicados, permaneceram 105 registros para a etapa de triagem. Destes, 82 foram excluídos por não apresentarem relação com o objetivo da pesquisa e/ou por não atenderem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Ao final do processo de seleção, 23 estudos foram incluídos na revisão. Ressalta-se que os quantitativos apresentados no fluxograma correspondem aos registros efetivamente identificados e analisados durante o processo de busca e seleção dos estudos.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas. Na primeira, foram analisados os títulos dos trabalhos recuperados, buscando identificar aqueles relacionados às práticas corporais de diferentes povos indígenas, à Educação Física e ao contexto educacional. Na segunda etapa, realizou-se a

leitura dos resumos dos estudos potencialmente pertinentes, verificando sua adequação aos critérios de elegibilidade. Na terceira etapa, os trabalhos que permaneceram após a triagem foram submetidos à leitura integral, com o objetivo de confirmar sua pertinência em relação ao objeto e aos objetivos da revisão.

Embora a busca tenha sido realizada até junho de 2025, não foram identificados, entre os registros recuperados, estudos publicados em 2024 e 2025 que atendessem integralmente aos critérios de elegibilidade e fossem incluídos na revisão. Dessa forma, a concentração dos estudos selecionados em anos anteriores decorreu dos resultados efetivamente encontrados e do processo de seleção, e não da adoção de um limite temporal prévio para exclusão das publicações mais recentes.

Considerando a reduzida quantidade de estudos especificamente relacionados às práticas corporais indígenas na Educação Física da Educação Infantil, foram considerados também estudos desenvolvidos em outras etapas da Educação Básica, desde que apresentassem contribuições relevantes para a compreensão da temática no contexto da Educação Física escolar. Essa decisão constituiu uma estratégia metodológica diante da escassez de produções voltadas especificamente à Educação Infantil. Os estudos foram analisados considerando o nível de ensino em que foram desenvolvidos, sem que seus resultados fossem automaticamente generalizados para a primeira etapa da Educação Básica.

Durante a leitura integral, foram analisadas as formas de inserção e abordagem das práticas corporais de diferentes povos indígenas no contexto educacional, considerando as práticas apresentadas, os modos como eram desenvolvidas nas aulas de Educação Física e, quando disponíveis, as informações referentes aos povos indígenas aos quais estavam vinculadas. A identificação do povo ou da etnia não constituiu critério de inclusão ou exclusão, mas foi considerada uma dimensão relevante para a análise da diversidade dos povos indígenas e para a identificação de possíveis generalizações presentes na produção acadêmica.

Também foram observadas, quando presentes nos estudos, a autoria indígena, a utilização de produções intelectuais de pesquisadores e intelectuais indígenas e a existência de participação, interlocução ou colaboração com pessoas, pesquisadores ou comunidades indígenas. Esses aspectos não foram estabelecidos como requisitos para inclusão dos artigos, mas foram incorporados à análise crítica da produção selecionada, especialmente diante da necessidade de compreender quem produz os conhecimentos sobre os povos indígenas, a partir de quais perspectivas e em que medida os próprios povos aparecem como sujeitos na produção do conhecimento.

Essa dimensão analítica permitiu problematizar a possível predominância de perspectivas externas na produção acadêmica sobre os povos indígenas e observar em que medida os estudos reconhecem esses povos como sujeitos históricos e contemporâneos, produtores de conhecimentos e participantes dos processos de construção dos saberes. Do mesmo modo, possibilitou identificar se as práticas corporais eram apresentadas de maneira contextualizada ou se apareciam de forma

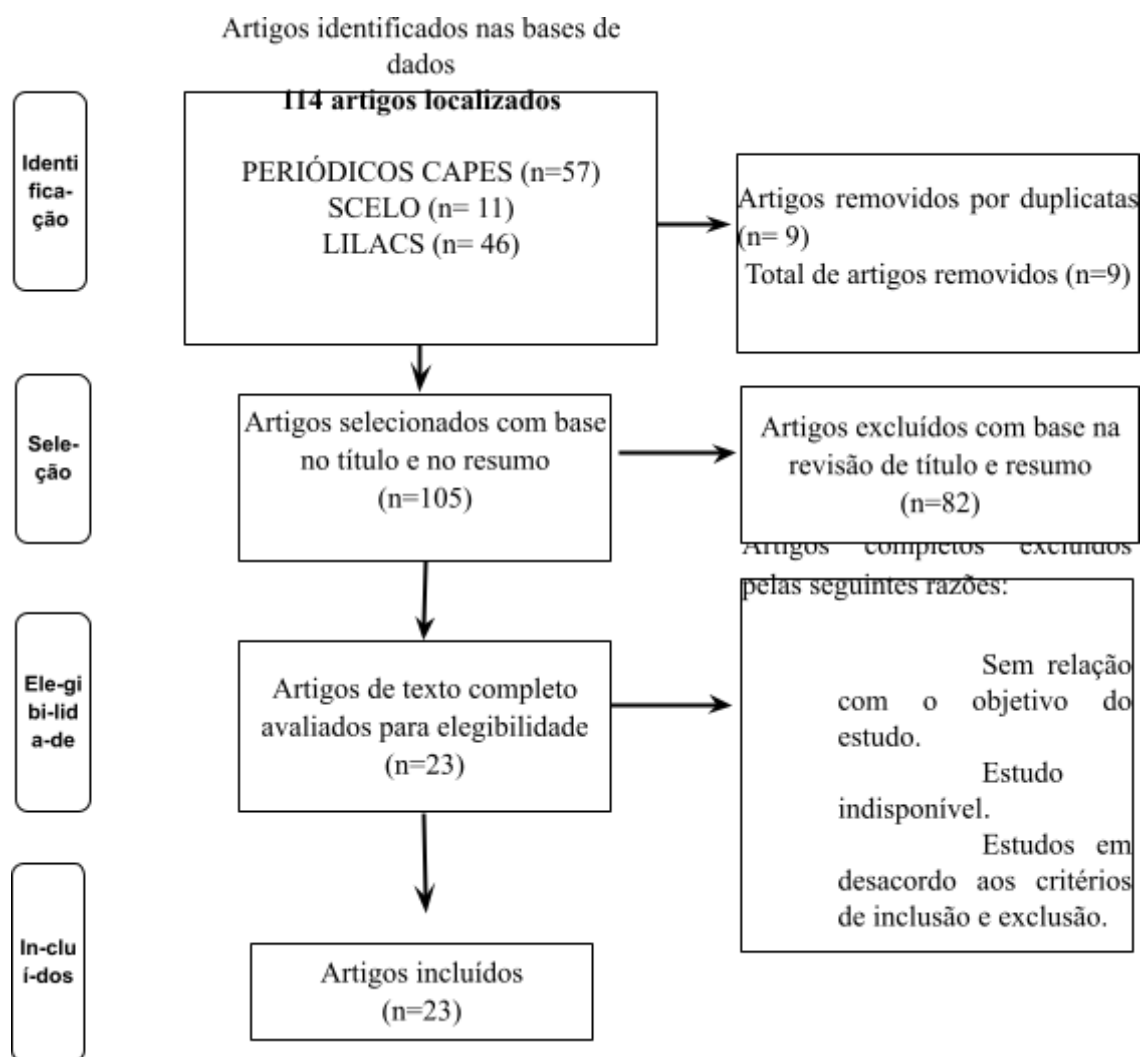
genérica, homogênea ou desvinculada dos povos, territórios, histórias e contextos socioculturais aos quais estão relacionadas.

Após a leitura integral, foram excluídos os estudos que não atendiam aos critérios de elegibilidade, não apresentavam relação efetiva com o contexto da Educação Básica ou não contribuíam para a compreensão das práticas corporais indígenas no campo da Educação Física escolar. Foram mantidos os estudos considerados pertinentes ao objeto da investigação, incluindo aqueles desenvolvidos na Educação Infantil e aqueles realizados em outras etapas da Educação Básica que apresentaram contribuições complementares para a discussão proposta.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, a presente investigação não realizou trabalho de campo, entrevistas ou interlocuções diretas com comunidades, pesquisadores ou territórios indígenas. Essa característica metodológica constitui uma limitação importante do estudo e deve ser considerada na interpretação dos resultados. Assim, os achados não pretendem representar as perspectivas dos diferentes povos indígenas nem falar em nome desses povos, mas analisar criticamente como a produção acadêmica disponível tem abordado as práticas corporais indígenas e quais lacunas permanecem nesse campo de investigação.

Nesse sentido, a ausência de interlocução direta com povos indígenas não é apresentada como algo a ser ocultado, mas como uma limitação e, simultaneamente, um dado relevante para a reflexão sobre a própria produção acadêmica. A análise da autoria, da participação e da interlocução indígena permitiu reconhecer a necessidade de ampliar futuras pesquisas construídas em diálogo e colaboração com pesquisadores, professores, comunidades e povos indígenas, considerando seus territórios, conhecimentos, experiências e modos próprios de compreender e vivenciar as práticas corporais.

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos está apresentado no Fluxograma PRISMA Adaptado, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma: identificação de estudos a partir de base de dados e registro.

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de PRISMA.

Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos estudos selecionados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme os procedimentos propostos por Bardin (2011), considerando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. Após a seleção dos artigos de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos, procedeu-se à leitura integral das produções incluídas, buscando identificar como as práticas corporais indígenas são abordadas no contexto da Educação Física escolar, quais possibilidades pedagógicas são apresentadas e quais desafios e lacunas são apontados pela produção acadêmica.

Na etapa de pré-análise, os estudos selecionados foram organizados a partir dos objetivos da investigação e dos critérios definidos na metodologia. Em seguida, realizou-se a leitura dos textos para reconhecimento do material e identificação dos elementos relacionados à presença das práticas corporais indígenas nas experiências e discussões apresentadas pelos autores.

Conforme Mozzato e Grzybovski (2011), essa etapa possibilita uma aproximação sistemática com o material analisado e orienta a definição dos elementos que serão posteriormente explorados.

Na etapa de exploração do material, foram identificadas informações relacionadas à presença das práticas corporais indígenas, às formas de sua abordagem nas aulas de Educação Física, às possibilidades pedagógicas apresentadas pelos estudos e às dificuldades apontadas para sua implementação no contexto escolar. Também foram observadas as etapas da Educação Básica contempladas em cada estudo, considerando que parte significativa da produção encontrada não estava direcionada especificamente à Educação Infantil.

A identificação do povo ou da etnia indígena relacionada às práticas corporais não constituiu critério para inclusão ou exclusão dos estudos. Quando essas informações estavam presentes nos trabalhos, foram consideradas na apresentação e discussão dos resultados. Essa opção metodológica decorre do objetivo central da revisão, que consistiu em analisar a presença e as formas de abordagem das práticas corporais indígenas na Educação Física escolar, especialmente em relação à Educação Infantil, e não em realizar uma análise comparativa entre diferentes povos ou etnias.

Reconhece-se, entretanto, que a identificação dos diferentes povos indígenas é relevante para uma abordagem pedagógica que considere a diversidade sociocultural existente entre eles. Dessa maneira, a discussão dos resultados considera como aspecto importante a necessidade de evitar a apresentação das práticas corporais indígenas como manifestações pertencentes a um grupo homogêneo, ainda que essa dimensão não tenha sido utilizada como critério de seleção dos estudos.

Na etapa de tratamento e interpretação dos resultados, os dados foram organizados de acordo com os aspectos recorrentes identificados na literatura. A análise permitiu agrupar os estudos em torno de algumas questões centrais: a presença limitada das práticas corporais indígenas na Educação Infantil; as possibilidades pedagógicas relacionadas a jogos, brincadeiras e danças; as dificuldades encontradas pelos professores para trabalhar esses conteúdos; e a necessidade de ampliar a formação docente e os recursos pedagógicos relacionados à temática indígena.

O Quadro 3 apresenta uma síntese dos estudos analisados, destacando os principais aspectos identificados em cada produção.

Quadro 3 – Síntese dos resultados.

ARTIGO	TRECHO EXTRAÍDO	INTERPRETAÇÃO
As leis 10.639 e 11.645 e a Educação Física Escolar, um relato de ações do Projeto Lusco Fusco.	O projeto LUSCO FUSCO articula ações de extensão para implementar os conteúdos das Leis 10.639 e 11.645 nas aulas de Educação Física.	A extensão universitária é estratégia eficaz para o cumprimento das leis e valorização da cultura indígena na escola.

Adupé, Xukuru-Kariri: Cultura indígena na Educação Física escolar.	A cultura indígena deve ser entendida em sua integralidade para ser efetivamente inserida na Educação Física escolar.	Reconhecimento da cultura indígena como fundamento para práticas pedagógicas significativas e respeitadas.
Práticas corporais indígenas e educação física escolar: uma análise sobre a produção científica em periódicos nacionais	Há crescimento da produção científica sobre práticas corporais indígenas, mas ainda há lacunas quanto à aplicabilidade prática nas escolas.	Necessidade de maior aproximação entre teoria acadêmica e práticas pedagógicas efetivas.
Tecendo cultura e movimento: experiências pedagógicas com jogos de povos indígenas na Educação Física escolar	Jogos indígenas são ferramentas pedagógicas que fortalecem identidade cultural e promovem aprendizagem intercultural.	Jogos tradicionais como recurso pedagógico para valorização cultural e integração curricular.
Danças Indígenas na Educação Física Escolar.	As danças indígenas são expressões corporais que revelam cosmovisões e devem ser incorporadas ao currículo da Educação Física.	Danças indígenas ampliam o repertório cultural e contribuem para o desenvolvimento da identidade.
A Educação Física escolar como um caminho para a cultura do bem viver	A Educação Física pode promover a filosofia do bem viver, integrando aspectos culturais e comunitários.	Educação Física atua como espaço para práticas que valorizam a espiritualidade e coletividade indígenas
Experiências Pedagógicas da Educação Física com as Culturas Africanas e Indígenas.	Experiências que articulam culturas africanas e indígenas fortalecem o diálogo intercultural e a diversidade nas aulas	Integração das culturas africana e indígena contribui para pluralidade cultural e justiça social.
As Práticas Corporais Indígenas na Educação Física – Perspectiva dos Professores.	Professores reconhecem a importância das práticas corporais indígenas, mas relatam dificuldades para implementá-las.	Formação docente e recursos pedagógicos são essenciais para implementação efetiva.
Oficina de Brinquedos e Brincadeiras indígenas em uma escola municipal de Itatuba-PB	Oficinas com brinquedos indígenas fortalecem vínculos culturais e promovem o interesse dos alunos pela cultura local.	Brincadeiras tradicionais estimulam a valorização da cultura indígena e engajamento dos estudantes.

Jacundá, toré e bate-pau: danças da cultura indígena tematizadas na educação física escolar.	As danças Jacundá, Toré e Bate-pau são importantes manifestações culturais que contribuem para a identidade indígena.	Inclusão das danças no currículo contribui para reconhecimento e respeito às culturas indígenas.
A presença dos conhecimentos indígenas no ambiente educacional formal: o que pensam os alunos?	Os alunos demonstram percepções diversas sobre o conhecimento indígena, que refletem o impacto das práticas pedagógicas.	A percepção discente é fundamental para avaliar a efetividade das ações educativas interculturais.
Diversidade Cultural nas Aulas de Educação Física na Escola Pública: o embate com igrejas cristãs	Há resistência de alguns grupos, como igrejas cristãs, frente ao ensino das culturas africanas e indígenas.	Barreiras socioculturais influenciam a inclusão da diversidade cultural nas escolas.
As Práticas Corporais Indígenas no Ensino da Educação Física	Práticas corporais indígenas são importantes para promover identidade, respeito e interculturalidade nas aulas.	Educação Física tem papel relevante na promoção da diversidade e inclusão cultural.
A Educação Física na Educação Escolar Indígena: a produção acadêmico-científica na área 21.	A produção acadêmica sobre Educação Física indígena está em crescimento, promovendo diálogo e reconhecimento intercultural.	A pesquisa acadêmica contribui para legitimar e valorizar as práticas indígenas nas escolas.
Cultura, Identidade, Interculturalidade e a Lei 11.645/2008.	A Lei 11.645/08 fortalece políticas de valorização da cultura, identidade e interculturalidade na educação.	Legislação é ferramenta fundamental para garantir direitos culturais nas instituições escolares.
Diálogos interculturais na educação escolar: reflexões sobre os povos indígenas	Diálogos interculturais são essenciais para superar preconceitos e promover o reconhecimento dos povos indígenas.	Necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem a diversidade cultural.
Nos caminhos do bem viver.	Educação Física pode ser um caminho para a construção da cultura do bem viver, alinhada à cosmovisão indígena.	Valorizar cosmovisões indígenas amplia o sentido e a função social da Educação Física.

Jogos indígenas e a lei 11.645/2008: possibilidades para um currículo intercultural.	Jogos indígenas são estratégias pedagógicas eficazes para implementar a Lei 11.645 no currículo escolar.	Jogos tradicionais contribuem para currículo plural e o reconhecimento cultural.
Interculturalidade na Educação Infantil: a matriz curricular das relações étnico-raciais.	Matriz curricular enfatiza a importância da interculturalidade e das relações étnico-raciais na Educação Infantil.	Necessidade de educação intercultural desde a primeira infância para formação crítica.
Interculturalidade e Educação: Abordando a Temática Indígena na Educação Básica	Incorporar a temática indígena na Educação Básica é um passo para a justiça social e valorização cultural.	Abordagem da temática indígena contribui para o combate ao racismo e exclusão.
O que podemos aprender com as crianças indígenas? Aproximações da antropologia da criança às noções de infância, cultura e movimento na Educação Física.	A infância indígena evidencia formas coletivas e simbólicas de vivenciar corpo e movimento.	A antropologia da criança revela lições para práticas pedagógicas mais inclusivas e culturalmente sensíveis.
As práticas corporais indígenas no ensino da educação física: um estudo de revisão da literatura brasileira e colombiana	Revisão destaca convergências e especificidades nas práticas corporais indígenas em contextos brasileiros e colombianos.	Importância do intercâmbio acadêmico e da valorização das práticas tradicionais.
Os Kaingang do Ivaí, suas danças e a educação intercultural.	As danças Kaingang do Ivaí expressam identidade cultural e são utilizadas como instrumento pedagógico intercultural.	Danças tradicionais como meio de resistência cultural e educação intercultural.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Discussão dos Resultados

Considerando que o objeto desta pesquisa é a produção acadêmica sobre práticas corporais indígenas na Educação Física escolar, a caracterização dos estudos selecionados busca compreender como essa temática vem sendo abordada na literatura, observando aspectos como os

povos identificados, as práticas corporais tematizadas, os contextos educacionais e territoriais e as perspectivas mobilizadas pelos autores.

Essa delimitação é importante porque os povos indígenas não constituem o objeto empírico desta pesquisa. O que se analisa é a maneira pela qual a produção acadêmica selecionada constrói, apresenta e contextualiza as práticas corporais indígenas no campo da Educação Física escolar. Assim, aspectos como a identificação dos povos, a contextualização das práticas, as perspectivas teóricas mobilizadas e a presença ou ausência de interlocução com sujeitos indígenas são considerados como características da produção acadêmica analisada, e não como elementos suficientes para representar a diversidade ou as perspectivas próprias dos diferentes povos indígenas.

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar avanços e desafios relacionados à presença das práticas corporais indígenas nas aulas de Educação Física escolar. O primeiro aspecto que se destaca é a reduzida quantidade de pesquisas direcionadas especificamente à Educação Infantil. Embora a busca tenha localizado estudos relacionados à temática indígena e à Educação Física escolar, a maioria das produções analisadas estava vinculada ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio ou a discussões mais amplas sobre educação escolar. Esse resultado evidencia uma lacuna importante na produção acadêmica, sobretudo quando se considera a primeira etapa da Educação Básica.

A predominância de estudos realizados em outras etapas de ensino não invalida sua contribuição para esta revisão, uma vez que esses trabalhos possibilitam compreender como as práticas corporais indígenas vêm sendo inseridas e discutidas no campo da Educação Física. Entretanto, seus resultados precisam ser considerados com cautela quando relacionados à Educação Infantil, tendo em vista as especificidades pedagógicas dessa etapa. Nesse sentido, os achados reforçam a necessidade de ampliar investigações que tenham como foco as crianças pequenas e as possibilidades de abordagem das práticas corporais indígenas em suas experiências de movimento, interação e brincadeira.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados refere-se às dificuldades enfrentadas pelos professores para desenvolver conteúdos relacionados às culturas indígenas. Entre os principais obstáculos identificados estão a insuficiência da formação docente e a escassez de materiais didático-pedagógicos. Os estudos “As Práticas Corporais Indígenas na Educação Física – Perspectiva dos Professores” e “Experiências Pedagógicas da Educação Física com as Culturas Africanas e Indígenas”, por exemplo, evidenciam dificuldades para a implementação sistemática desses conteúdos no cotidiano escolar. Esses achados indicam que a existência da Lei nº 11.645/2008 embora constitua um marco importante, não é suficiente, por si só, para garantir sua efetivação nas práticas pedagógicas. São necessárias condições institucionais, formação docente e materiais que ofereçam subsídios para o desenvolvimento dessas propostas.

Essa questão também se relaciona às discussões de Munanga (2012) acerca da formação dos profissionais da educação e da permanência de referenciais curriculares que não contemplam adequadamente a diversidade étnico-racial brasileira. No caso da Educação Física, essa lacuna pode

contribuir para que os professores recorram a informações fragmentadas ou a propostas prontas, sem necessariamente disporem de elementos suficientes para contextualizar os conteúdos indígenas de maneira adequada.

Entre as práticas corporais identificadas nos estudos aparecem, com frequência, jogos, brincadeiras e danças indígenas. Essas manifestações são apresentadas como possibilidades de ampliação do repertório de conteúdos da Educação Física e como recursos para o desenvolvimento de experiências relacionadas à diversidade cultural. Trabalhos como “Tecendo cultura e movimento: experiências pedagógicas com jogos de povos indígenas na Educação Física escolar”, “Jogos indígenas e a lei 11.645/2008: possibilidades para um currículo intercultural” e “Oficina de Brinquedos e Brincadeiras indígenas em uma escola municipal de Itatuba-PB” demonstram diferentes possibilidades de utilização dessas manifestações no contexto escolar.

Entretanto, os estudos analisados também permitem problematizar a simples inclusão de uma prática corporal indígena nas aulas. A utilização de jogos, danças ou brincadeiras como atividades isoladas, sem contextualização ou reflexão sobre os conhecimentos que as envolvem, pode resultar em uma abordagem superficial da temática indígena. Nesse sentido, a inserção desses conteúdos precisa superar a lógica de apresentar uma determinada prática como representação genérica de todos os povos indígenas. O desafio consiste em trabalhar as manifestações corporais como produções culturais situadas, reconhecendo que existem diferentes povos, histórias e formas de vivenciar e significar o corpo.

Essa preocupação é particularmente relevante na Educação Infantil, etapa em que as experiências corporais possuem papel central no processo educativo. O contato das crianças com práticas corporais indígenas pode constituir uma experiência significativa, mas requer mediação pedagógica adequada para que não se transforme em uma atividade meramente recreativa ou em uma representação estereotipada. Assim, os resultados da revisão apontam que a utilização dessas práticas deve estar articulada aos objetivos pedagógicos e às discussões sobre diversidade, respeito e reconhecimento dos povos indígenas.

Outro resultado identificado se refere à existência de barreiras e resistências à abordagem das culturas indígenas no ambiente escolar. O estudo “Diversidade Cultural nas Aulas de Educação Física na Escola Pública: o embate com igrejas cristãs” evidencia situações nas quais diferentes concepções presentes na comunidade escolar podem dificultar o desenvolvimento de propostas relacionadas às culturas indígenas e africanas. Esse resultado demonstra que a implementação de uma educação comprometida com a diversidade cultural não depende exclusivamente da iniciativa individual do professor, mas também das relações estabelecidas entre escola, famílias, comunidade e demais sujeitos envolvidos no processo educativo.

Nesse contexto, a literatura analisada apresenta diferentes possibilidades para fortalecer a presença das culturas indígenas na Educação Física escolar. Entre elas, destacam-se as ações de extensão universitária, como o *Projeto Lusco Fusco*, as experiências com jogos e brincadeiras e a

utilização de danças tradicionais. Essas iniciativas demonstram que a aproximação entre universidade e escola pode contribuir tanto para a formação dos professores quanto para a construção de propostas pedagógicas voltadas à implementação da Lei nº 11.645/2008.

As experiências com danças indígenas também aparecem de forma recorrente na produção analisada. Estudos como “Danças Indígenas na Educação Física Escolar” e “Jacundá, toré e bate-pau: danças da cultura indígena, tematizadas na Educação Física escolar” indicam que essas manifestações podem ampliar os conteúdos trabalhados nas aulas e favorecer discussões relacionadas à diversidade cultural. Da mesma forma, o estudo sobre os Kaingang do Ivaí evidencia a possibilidade de utilização das danças como elemento de educação intercultural.

Os resultados, contudo, não permitem afirmar que a simples presença de jogos, brincadeiras ou danças indígenas nas aulas seja suficiente para garantir uma educação intercultural. O que se mostra relevante é a forma como essas práticas são selecionadas, apresentadas e desenvolvidas pedagogicamente. Nesse sentido, a análise da literatura reforça a necessidade de evitar abordagens que transformem as manifestações indígenas em conteúdos folclóricos, exóticos ou descontextualizados.

Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de ampliar a compreensão da Educação Física para além de uma perspectiva exclusivamente motora. Os estudos analisados indicam que as práticas corporais podem constituir possibilidades para discutir aspectos sociais e culturais relacionados à diversidade. Essa compreensão é especialmente pertinente na Educação Infantil, considerando que corpo, movimento, interação e brincadeira constituem elementos fundamentais das experiências educativas das crianças.

A literatura analisada também evidencia a importância da interculturalidade no desenvolvimento dessas propostas. Candau (2008), Oliveira e De Daolio (2010) e outros autores utilizados nos estudos selecionados defendem a necessidade de reconhecer a diversidade cultural como elemento constitutivo da prática pedagógica. Nesse sentido, a Educação Física pode contribuir para ampliar as experiências das crianças e possibilitar o contato com diferentes formas de expressão corporal, desde que esse processo seja acompanhado de uma abordagem pedagógica comprometida com o reconhecimento e o respeito à diversidade.

Em alguns estudos analisados, os referenciais são associados à perspectiva decolonial. No entanto, considerando as críticas formuladas por intelectuais indígenas e quilombolas às categorias produzidas no interior da academia, não se assume, neste estudo, a perspectiva decolonial como chave interpretativa universal para compreender os conhecimentos e as práticas dos povos indígenas. Nesse sentido, a contribuição de Bispo dos Santos (2023), intelectual quilombola, é particularmente relevante ao propor a noção de contracolônização, tensionando categorias e formas de nomeação produzidas a partir de referenciais coloniais. A adoção dessa ponderação permite reconhecer a existência do debate decolonial na produção acadêmica analisada sem pressupor que ele corresponda às formas próprias pelas quais os povos indígenas compreendem seus processos históricos, territoriais e epistemológicos.

Essa ponderação é relevante porque a própria revisão evidenciou a necessidade de maior aproximação entre a produção acadêmica e os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas. A análise realizada nesta pesquisa não teve como critério a presença de autoria indígena nos estudos selecionados, nem realizou investigação empírica junto a povos ou territórios indígenas. Portanto, os resultados aqui apresentados dizem respeito à forma como a produção acadêmica localizada aborda as práticas corporais indígenas, e não constituem uma representação das perspectivas dos diferentes povos indígenas sobre suas próprias práticas.

Dessa maneira, os resultados apontam para uma dupla lacuna. De um lado, há poucos estudos sobre práticas corporais indígenas especificamente na Educação Infantil. De outro, permanece a necessidade de ampliar pesquisas que estabeleçam interlocução direta com professores, pesquisadores e comunidades indígenas e que considerem suas próprias produções intelectuais. Essa constatação não diminui a contribuição da revisão, mas delimita seu alcance e indica possibilidades para futuras investigações.

Em síntese, os estudos analisados apontam que as práticas corporais indígenas apresentam potencial para ampliar as experiências da Educação Física escolar e contribuir para o reconhecimento da diversidade cultural. Jogos, brincadeiras e danças aparecem como possibilidades recorrentes, mas sua contribuição pedagógica depende da maneira como são contextualizados e trabalhados. Ao mesmo tempo, a insuficiência da formação docente, a escassez de materiais e as resistências presentes em determinados contextos escolares constituem obstáculos à efetivação da Lei nº 11.645/2008.

Assim, a principal contribuição dos resultados desta revisão está em evidenciar que não basta inserir práticas corporais indígenas no currículo; é necessário discutir como elas são abordadas e quais concepções sobre os povos indígenas estão presentes nessas abordagens. Para a Educação Infantil, isso significa construir experiências adequadas às características das crianças, evitando generalizações e estereótipos e reconhecendo os povos indígenas como sujeitos contemporâneos, produtores de conhecimentos e de diferentes formas de vivenciar o corpo, o movimento e a coletividade.

Por fim, os achados reforçam a necessidade de ampliar a produção científica sobre a temática, especialmente por meio de pesquisas voltadas especificamente à Educação Infantil e de estudos desenvolvidos em diálogo com professores, pesquisadores e comunidades indígenas. Tal movimento poderá contribuir para que a implementação da Lei nº 11.645/2008 não se restrinja à inclusão pontual de determinados conteúdos, mas favoreça processos educativos que reconheçam a diversidade dos povos indígenas e suas diferentes formas de produzir, transmitir e atualizar conhecimentos.

Considerações finais

A presente revisão integrativa teve como objetivo analisar como as práticas corporais indígenas vêm sendo tematizadas no contexto da Educação Física escolar, buscando identificar possibilidades, limites e

desafios relacionados à sua abordagem, especialmente na Educação Infantil. Foram analisados 23 estudos, a partir dos quais foi possível identificar experiências pedagógicas que mobilizam jogos, brincadeiras, danças e outras práticas corporais indígenas como possibilidades de ampliação dos conteúdos da Educação Física e de valorização da diversidade cultural.

Os resultados evidenciaram, inicialmente, uma produção ainda reduzida e fragmentada de estudos especificamente voltados às práticas corporais indígenas na Educação Infantil. Embora tenham sido localizadas pesquisas relacionadas à temática indígena e à Educação Física em diferentes etapas da Educação Básica, a maioria dos estudos analisados esteve vinculada ao Ensino Fundamental, ao Ensino Médio ou a discussões mais amplas sobre educação escolar. Essa concentração evidencia uma lacuna importante na produção acadêmica, sobretudo quando se considera a especificidade da primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar investigações que discutam as possibilidades de abordagem das práticas corporais indígenas com crianças pequenas, considerando as características, experiências e formas de aprendizagem próprias da Educação Infantil.

Essa lacuna também precisa ser compreendida em relação ao marco legal que fundamenta a presença da temática indígena na educação brasileira. A Lei nº 11.645/2008 alterou o art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio. Embora a Educação Infantil integre a Educação Básica e outros documentos educacionais reconheçam a importância da valorização da diversidade sociocultural nessa etapa, a legislação que fundamenta diretamente essa obrigatoriedade não apresenta orientação específica para a primeira infância. Essa particularidade constitui um elemento a ser considerado na compreensão da reduzida produção encontrada sobre práticas corporais indígenas nessa etapa.

Outro aspecto identificado na literatura refere-se às dificuldades para a efetivação de propostas relacionadas às culturas indígenas no cotidiano escolar. A insuficiência da formação docente, a escassez de materiais didático-pedagógicos e as resistências presentes em determinados contextos escolares constituem obstáculos para uma abordagem sistemática e pedagogicamente fundamentada. Dessa forma, a existência da Lei nº 11.645/2008, embora represente importante marco para o reconhecimento da temática indígena na educação, não garante, por si só, sua efetivação nas práticas pedagógicas. São necessárias condições institucionais, processos permanentes de formação e materiais que ofereçam subsídios para que os professores desenvolvam propostas contextualizadas e comprometidas com o reconhecimento da diversidade dos povos indígenas.

Nesse sentido, uma política educacional mais consistente não deve se limitar à formação de professores não indígenas para o trabalho com a temática indígena, mas também considerar a presença e a participação de professores, pesquisadores e intelectuais indígenas nos processos de formação, produção de materiais e construção de propostas pedagógicas. Do mesmo modo, mostra-se relevante fortalecer interlocuções entre escolas, universidades, comunidades e territórios indígenas. Tais iniciativas precisam

ser construídas de maneira contextualizada, respeitando as especificidades, as formas de organização, os conhecimentos e as decisões dos próprios povos indígenas, de modo a não reproduzir uma lógica de produção de conhecimentos sobre os povos sem sua participação.

Entre as práticas corporais identificadas nos estudos analisados, destacaram-se jogos, brincadeiras e danças indígenas. Essas manifestações aparecem como possibilidades de ampliação do repertório da Educação Física e de desenvolvimento de experiências relacionadas à diversidade cultural. Entretanto, os resultados também indicam que a simples inserção dessas práticas nas aulas não é suficiente para garantir uma abordagem intercultural. Sua utilização exige atenção à contextualização, aos significados atribuídos pelos povos e às especificidades dos contextos nos quais são produzidas e vivenciadas.

Nesse aspecto, torna-se fundamental evitar que uma determinada prática corporal seja apresentada como representação genérica de todos os povos indígenas. Os diferentes povos possuem histórias, línguas, territórios, formas de organização social, conhecimentos e modos próprios de compreender e vivenciar o corpo. Portanto, trabalhar com práticas corporais indígenas na Educação Física requer reconhecer essa diversidade e evitar abordagens que transformem manifestações específicas em símbolos de uma suposta e homogênea “cultura indígena”.

Essa preocupação assume particular importância na Educação Infantil. Reconhecer a diversidade dos povos indígenas não significa apresentar às crianças pequenas um conjunto extenso de informações sobre diferentes povos, territórios, línguas, cosmologias ou práticas culturais. Uma abordagem excessivamente informativa poderia não dialogar com as características dessa etapa. O desafio pedagógico consiste em criar experiências significativas, contextualizadas e adequadas às crianças por meio das quais possam reconhecer a existência de diferentes povos indígenas e compreender que esses povos são contemporâneos, possuem conhecimentos próprios e estabelecem diferentes relações com seus corpos, comunidades e territórios.

Nesse sentido, a Educação Física pode contribuir para ampliar as experiências corporais das crianças por meio de diferentes formas de brincar, movimentar-se, dançar e relacionar-se. Contudo, essas experiências precisam ser mediadas de modo a não reproduzir estereótipos ou representações genéricas. Mais do que reproduzir determinadas práticas, cabe ao trabalho pedagógico possibilitar que as crianças reconheçam a diversidade dos povos indígenas e compreendam que suas práticas corporais estão vinculadas a contextos culturais e históricos específicos.

A revisão também evidencia que a problemática não se restringe à quantidade de estudos existentes. Há igualmente uma questão relacionada às próprias condições de produção do conhecimento acadêmico sobre as práticas corporais indígenas. A literatura analisada é reduzida, fragmentada e, em parte, construída a partir de perspectivas externas aos povos e contextos indígenas, o que evidencia limites epistemológicos e de interlocução na forma como essas práticas vêm sendo abordadas pela literatura especializada.

Essa constatação não significa avaliar diretamente os conhecimentos ou as práticas dos povos indígenas, uma vez que eles não constituem o objeto empírico desta pesquisa. O objeto desta revisão é a produção acadêmica que aborda as práticas corporais indígenas no campo da Educação Física escolar. Assim, os resultados dizem respeito à maneira como os estudos selecionados constroem, apresentam, contextualizam e discutem essas práticas. Aspectos como a identificação dos povos, a contextualização cultural e territorial, as perspectivas mobilizadas e a presença de interlocução ou autoria indígena devem, portanto, ser compreendidos como dimensões da própria produção acadêmica analisada, e não como elementos suficientes para representar as perspectivas dos diferentes povos indígenas.

Essa delimitação também estabelece os limites desta revisão. A identificação dos povos ou etnias aos quais determinadas práticas estão vinculadas foi considerada relevante para a compreensão dos estudos, mas não constituiu critério central de inclusão ou exclusão. Da mesma forma, a presença de autoria indígena não foi adotada como critério específico de análise. A revisão não realizou investigação empírica junto a povos ou territórios indígenas e, portanto, não pretende representar seus conhecimentos, práticas ou perspectivas próprias. Seu propósito foi compreender como a produção acadêmica localizada aborda as práticas corporais indígenas na Educação Física escolar.

Nesse sentido, a contribuição de perspectivas críticas às formas acadêmicas de produção do conhecimento mostra-se relevante para a interpretação dos resultados. Em alguns estudos analisados aparecem referenciais associados à perspectiva decolonial. Entretanto, considerando as críticas formuladas por intelectuais indígenas e quilombolas às categorias produzidas no interior da academia, esta pesquisa não assume a perspectiva decolonial como chave interpretativa universal para compreender os conhecimentos e as práticas dos povos indígenas. A contribuição de Antônio Bispo dos Santos (2023), especialmente por meio da noção de contracolônização, permite tensionar formas de nomeação e interpretação produzidas a partir de referenciais coloniais. Essa ponderação possibilita reconhecer a presença do debate decolonial na literatura analisada sem pressupor que tais categorias correspondam às formas próprias pelas quais os diferentes povos indígenas compreendem seus processos históricos, territoriais e epistemológicos.

Considerando esses aspectos, a presente revisão evidencia duas lacunas principais. A primeira refere-se à produção ainda reduzida e fragmentada de estudos especificamente voltados às práticas corporais indígenas na Educação Infantil. A segunda diz respeito às próprias condições de produção desse conhecimento, uma vez que parte da literatura analisada apresenta limitações quanto à identificação dos povos, à contextualização das práticas, à consideração das especificidades culturais e territoriais e à explicitação da participação e da autoria indígena. Desse modo, mais do que apontar uma insuficiência quantitativa da produção existente, esta revisão evidencia a necessidade de ampliar pesquisas que não apenas produzam conhecimentos sobre os povos indígenas, mas que também sejam construídas em diálogo com seus sujeitos, comunidades, territórios e formas próprias de produção e transmissão de conhecimentos.

Assim, conclui-se que as práticas corporais indígenas apresentam potencial para contribuir para uma Educação Física escolar mais sensível à diversidade cultural, mas sua inserção na Educação Infantil ainda constitui um campo pouco explorado pela produção acadêmica. O desafio não está apenas em ampliar a quantidade de conteúdos indígenas presentes nas aulas, mas em construir formas pedagogicamente adequadas de abordagem que, simultaneamente, evitem a folclorização, a homogeneização e a descontextualização das práticas e respeitem as características, experiências e necessidades das crianças pequenas.

Para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de políticas educacionais, recomenda-se ampliar a produção científica especificamente voltada à Educação Infantil, bem como fortalecer a participação de professores, pesquisadores e intelectuais indígenas nos processos de formação, produção de materiais e construção de propostas pedagógicas. Também se mostra necessário ampliar as interlocuções entre escolas, universidades, comunidades e territórios indígenas, respeitando as especificidades, formas de organização e decisões dos próprios povos. Uma política educacional mais consistente pressupõe, portanto, não apenas a inclusão de conhecimentos indígenas nos currículos, mas também a criação de condições para que os próprios povos indígenas participem dos processos de produção, transmissão e legitimação desses conhecimentos.

Por fim, pesquisas futuras poderão aprofundar as especificidades dos diferentes povos, seus modos próprios de ensinar e aprender e as relações estabelecidas entre infância, corpo, movimento, território, comunidade e conhecimentos tradicionais. Esse movimento poderá contribuir para que a abordagem das práticas corporais indígenas na Educação Física não se restrinja à incorporação pontual de jogos, brincadeiras ou danças, mas se constitua como possibilidade de construção de experiências educativas contextualizadas, respeitadas e comprometidas com a diversidade dos povos indígenas e com suas formas próprias de produzir, transmitir e atualizar conhecimentos.

Limitações do estudo

Esta revisão integrativa apresenta limitações que precisam ser consideradas na interpretação de seus resultados. A primeira refere-se à própria escassez de estudos que abordam diretamente as práticas corporais indígenas na Educação Infantil. Dos 23 estudos analisados, a maioria estava relacionada a outras etapas da Educação Básica. Dessa forma, parte das discussões apresentadas neste trabalho decorre de pesquisas desenvolvidas em contextos diferentes daquele que constitui o foco principal da investigação. Esses estudos foram utilizados como subsídios para compreender a produção acadêmica sobre práticas corporais indígenas na Educação Física escolar, não sendo seus resultados automaticamente generalizados para a Educação Infantil.

Outra limitação está relacionada ao fato de que a Lei nº 11.645/2008, utilizada como importante referência neste estudo, não menciona expressamente a Educação Infantil em seu art. 26-A, uma vez que a

obrigatoriedade ali estabelecida se refere aos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio. Assim, a relação entre a referida legislação e a Educação Infantil precisa ser compreendida de maneira articulada com as demais normativas e orientações educacionais que contemplam essa etapa da Educação Básica. Essa especificidade também limita interpretações que atribuam diretamente à Lei nº 11.645/2008 uma orientação curricular específica para a primeira infância.

Também constitui uma limitação o fato de que a diversidade dos diferentes povos indígenas não foi o objetivo central da revisão. O estudo buscou identificar se as práticas corporais indígenas estavam presentes na produção acadêmica relacionada à Educação Física escolar e de que maneira eram abordadas. A identificação do povo ou da etnia relacionada a determinada prática foi observada quando apresentada nos estudos, mas não foi utilizada como condição para inclusão ou exclusão dos artigos. Essa escolha metodológica decorreu do próprio objetivo da investigação e da necessidade de não ampliar excessivamente um objeto que já apresenta produção acadêmica reduzida, especialmente quando delimitado à Educação Infantil.

Reconhece-se, contudo, que essa opção não significa desconsiderar a diversidade existente entre os povos indígenas. Ao contrário, a heterogeneidade histórica, cultural, linguística, territorial e sociopolítica desses povos constitui um aspecto fundamental para evitar generalizações. Entretanto, aprofundar simultaneamente as especificidades de diferentes povos, suas práticas corporais, seus significados, territórios, histórias e formas próprias de produção de conhecimentos exigiria outro recorte investigativo e, provavelmente, estudos específicos e construídos em diálogo mais direto com os respectivos povos e territórios.

Essa questão adquire particular relevância quando o objeto é a Educação Infantil. Se, por um lado, é necessário evitar que as crianças recebam uma representação homogênea dos povos indígenas, por outro, é preciso considerar que se trata de uma etapa marcada por experiências, interações, brincadeiras e formas próprias de construção do conhecimento. A apresentação de uma quantidade muito ampla de informações sobre diferentes povos, etnias e especificidades culturais pode não ser necessariamente a estratégia pedagógica mais adequada para crianças pequenas. Assim, permanece como desafio para futuras pesquisas compreender como reconhecer a diversidade dos povos indígenas sem transformar a Educação Infantil em um espaço de excesso de informações, mantendo uma abordagem significativa, contextualizada e adequada à faixa etária.

Outra limitação se refere à restrição linguística da busca, uma vez que foram incluídos apenas artigos publicados em português. Essa opção pode ter reduzido a identificação de produções relevantes publicadas em outros idiomas, especialmente estudos desenvolvidos em países latino-americanos que também apresentam experiências educacionais relacionadas aos povos indígenas.

Também deve ser considerada a ausência de um protocolo previamente registrado para a revisão e a utilização do PRISMA como referência adaptada para a organização e apresentação do processo de busca

e seleção. Embora tenham sido estabelecidos critérios de elegibilidade e realizadas as etapas de identificação, triagem e leitura dos estudos, essa opção limita a possibilidade de reprodução integral do procedimento por outros pesquisadores.

Por fim, a revisão não produziu dados empíricos diretamente com povos indígenas, professores ou comunidades, uma vez que seu objeto foi a análise da produção acadêmica disponível. Portanto, seus resultados não representam as concepções, experiências ou conhecimentos dos diferentes povos indígenas. Essa limitação é especialmente importante diante da necessidade de ampliar a presença de produções de autoria indígena e de pesquisas construídas em interlocução com os próprios povos.

Outra limitação diz respeito à interlocução direta com produções e sujeitos indígenas. Embora esta revisão reconheça a importância da autoria indígena para a produção de conhecimentos sobre os próprios povos, o desenho metodológico adotado não contemplou entrevistas, participação de pesquisadores indígenas, consulta a comunidades ou realização de pesquisa em territórios indígenas. Dessa forma, a incorporação de produções intelectuais indígenas na discussão deve ser compreendida como um movimento de reconhecimento da necessidade de pluralização das referências utilizadas, e não como substituição da interlocução direta com os povos indígenas. Pesquisas futuras poderão avançar nesse sentido, construindo processos investigativos colaborativos e dialógicos com pesquisadores, professores, comunidades e territórios indígenas.

As limitações apresentadas não invalidam os resultados da investigação. Ao contrário, ajudam a delimitar o alcance das conclusões e evidenciam a necessidade de novas pesquisas que se aproximem das escolas, dos professores e dos territórios indígenas, especialmente estudos voltados à Educação Infantil. Nesse sentido, futuras investigações poderão aprofundar tanto as especificidades de determinados povos e suas práticas corporais quanto as formas pedagogicamente adequadas de trabalhar esses conhecimentos com crianças pequenas, contribuindo para uma Educação Física que reconheça a diversidade sem reproduzir generalizações ou representações estereotipadas.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

SILVA, T. L. A Educação Física na Educação Infantil: possibilidades e potencialidades. Orientador: Augusto Cesinando de Carvalho. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade Estadual Paulista, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/576de826-06bf-4fa0-924b-8fe421f56a4c>>. Acesso em: 03 out. 2026.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

BRANDILEONE, A. P. F. N.; VALENTE, T. A.. Literatura indígena para crianças: o desafio da interculturalidade. **Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea**, [S.l.], n. 53, p. 199-217, 2018.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 02 set. 2026.

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 16 março 2025.

_____. Resolução N° 5, de 17 de Dezembro de 2009. Disponível em: <<https://www.asbrei.org.br/resolucao-no-5-de-17-de-dezembro-de-2009/>>. Acesso em: 03 out. 2026.

_____. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/orientacoes_acoes_miolo.pdf>. Acesso em: 03 out. 2026.

_____. **Cadernos PIA – Primeira Infância Antirracista**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF Brasil, 2023.

_____. **Parecer CNE/CEB N°: 2/2024**, aprovado em 4 de julho de 2024. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-CNE-CEB-002-2024-07-04.pdf>>. Acesso em: 21 abril 2025.

CANDAU, V. M. **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FARIA, J. B.; DE SOUZA BRAGANÇA, I. F. Documentação Narrativa De Experiências Pedagógicas No Curso De Pedagogia: A “Carta Do Abraço”. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 89–99, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/ea092480-fc1c-4ce1-ae86-0a338395f6c9>>. Acesso em: 03 out. 2026.

FARIAS, G. O. *et al.* Educação Física na Educação Infantil um olhar para a prática pedagógica. **Movimento**, [S.l.], v. 31, p. e31021, 2025. Disponível em: <<https://cev.org.br/biblioteca/educacao-fisica-na-educacao-infantil-um-olhar-para-a-pratica-pedagogica/>>. Acesso em: 03 out. 2026.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Tréplica-Análise de Conteúdo: ampliando e aprofundando a reflexão sobre a técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 766-775, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/mV8HDH9tfjgzyp8nLNnffyM/?lang=pt>>. Acesso em: 03 out. 2026.

MUNANGA, K. A educação colabora para a perpetuação do racismo. **Carta Capital**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo/>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DE OLIVEIRA, R. Cruz; DAOLIO, J. Educação Física, cultura e escola: da diferença como desigualdade à alteridade como possibilidade. **Movimento**, v. 16, n. 1, p. 149-167, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1153/115312527009.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2026.

OLIVEIRA, Oseias de; KUC, Josieli Teresinha. A desconstrução de estereótipos: educação para as relações étnico-raciais. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 9, n. 17, 2018.

PEREIRA, A. S. M. **Práticas corporais indígenas**: jogos, brincadeiras e lutas para a implementação da lei 11.645/08 na Educação Física Escolar. Fortaleza: Aliás, 2021. Disponível em: <<https://dspace.unisa.br/handle/123456789/2742>>. Acesso em: 03 out. 2026.

SANTOS, V. R.; CHIES, P. V. **Avá-Canoeiros**: a identidade indígena na expressão da cultura corporal. In: Anais do Congresso de Educação Física da UEG (ISSN 3085-7538). 2024. p. 265-270. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/conef/article/download/16440/13039>>. Acesso em: 03 out. 2026.

SOARES, B. K. P. *et al.* Impactos das tecnologias de informação e comunicação como estratégia de educação permanente em saúde para os profissionais de enfermagem. **Revista Ciência Plural**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 1-18, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/24770>>. Acesso em: 03 out. 2026.

VIVIAN, Caroline Deprá. **Jogos e brincadeiras indígenas no ensino da educação física: uma experiência de educação intercultural decolonial**. Orientador: Gilberto Ferreira da Silva. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle. Canoas, 2024. Disponível em: <<https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/4097>>. Acesso em: 26 abr. 2025.

Recebido em: 10/08/2025 * Aprovado em: 24/08/2026 * Publicado em: 20/09/2026
